

**QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALTER DO CHÃO**

===Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Alter do Chão no Edifício do Pólo da Universidade de Évora, para na sua Quinta Sessão Ordinária, deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: -----

**---PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Actividade do Município, bem como da situação Financeira do mesmo;-----**

**---PONTO DOIS: Apreciação e Deliberação de Proposta sobre a Contracção de Despesa em mais de um ano económico ó õRecuperação do Antigo Pavilhão dos Bombeirosö;-----**

**---PONTO TRÊS: Apreciação e Deliberação de Proposta sobre a Contracção de Despesa em mais de um ano económico - õExecução da Instalação do Centro de Convívio de Sedaö;-----**

**---PONTO QUATRO: Apreciação e Deliberação das GOPø e Orçamento para 2011;-----**

**---PONTO CINCO: Apreciação e Deliberação do Mapa de Pessoal para 2011.-----**

===Aberta a sessão e efectuada a chamada foi constatada a presença dos Senhores António Hemetério Airoso Cruz, Romão Buxo Trindade, José Manuel Antunes Mendes Gordo, Ana Sofia Nina Duarte Barreto Caldeira, Luís Maria Pessoa Castel-Branco Cary, João Carlos Serra Raposo, Ana Cristina Azinheira, Eduardo António dos Reis Monteiro, Maria Manuela de Freitas Soares Mendes Calado, Jorge Manuel Martins Copeto, José Augusto Calado Mendes de Oliveira, Ricardo Manuel Pedrogam Fernandes, António Manuel Roxo Heitor Carita Pista, Maria José Correia Sardinha, Luís Filipe Cardoso Belo Cané, Maria Susete Antunes, Vitorino Oliveira Carvalho, Alexandre dos Anjos Rosa e José António da Silva Ferreira.-----

===Os Senhores Célia Lopes, Pedro Dominginhos e Marco Calado não estiveram presentes, tendo a sua ausência sido justificada pela Mesa da Assembleia Municipal e, simultaneamente, ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e seguintes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, fizeram-se substituir pelos Senhores Maria Manuela Calado, Jorge Copeto e Ricardo Fernandes, respectivamente.-----

===A acta da última sessão extraordinária da Assembleia Municipal, após a votação, **foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Luís Cané, Maria Manuela Calado, Jorge Copeto, Alexandre Rosa e Ricardo Fernandes, por não terem estado presentes naquela sessão.**-----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta, elaborada pelos membros do Partido Social Democrata e tendo como signatário o Senhor José Augusto Oliveira, com a seguinte redacção: õConsiderando que: Nas eleições autárquicas de 2001, o então candidato à Câmara Municipal de Alter do Chão pelo P.S.D., Eng.º António Hemetério Cruz, hoje Presidente da Assembleia Municipal, foi bastante audaz e arguto, ao convidar o Prof. António Borges, para cabeça de lista P.S.D. da Assembleia Municipal.

Economista de renome nacional e internacional, com raízes em Alter do Chão, cujo trajecto académico e profissional (nas Universidades, no Banco de Portugal, na Goldman Sachs, etc.) não suscitou qualquer dúvida na excelência da escolha, tanto pelo seu valor intrínseco, como pela mais valia evidente, para o nosso Concelho, para a Região e para todo o País. Em boa hora o fez e em boa hora o Professor aceitou. Por essa via o Concelho de Alter do Chão, teve então o grato privilégio de ter um dos mais notáveis Presidentes de Assembleia Municipal, no panorama autárquico nacional. Durante dois mandatos consecutivos, o Professor pautou os seus desempenhos, no exercício das suas funções, com posturas irrepreensíveis, capacidade de liderança e saberes consistentes, na nobre tarefa e noção exacta do que deve ser um autarca, na defesa da causa pública e das populações do Concelho. Para os que criticaram esta figura notável, pelo que fez, pelo que não fez e pelo que poderia ter feito, com a carga subjectiva que se impõe, têm duas respostas distintas: mais importante que o «fazer» é e sempre foi o «ensinar a fazer» e foi neste capítulo que os menos distraídos adquiriram mais e melhores conhecimentos, principalmente aqueles que fizeram parte integrante das Assembleias Municipais lideradas pelo Professor António Borges. A segunda resposta prende-se com a recente nomeação do Professor, para Vice-Presidente do F.M.I. (Fundo Monetário Internacional), nomeação essa merecedora de respeito e admiração das gentes do nosso Concelho e País em geral. Na súmula, obrigado Professor António Borges, por todos os contributos em prol do Poder Autárquico e em prol do nosso Concelho, bons auspícios e venturas para as novas funções para que foi investido. Neste contexto, o Grupo do P.S.D. com assento nesta Assembleia Municipal, entendo que é da mais elementar justiça que esta Assembleia Municipal lhe preste homenagem, propõe que seja votado o reconhecimento público, pela sua excelente liderança como Presidente da Assembleia Municipal.ö-----

O Senhor António Pista informou que os elementos do Partido Socialista não iriam votar contra a presente proposta mas iriam abster-se. O Senhor Luís Cary informou ser amigo do homenageado e que não restam dúvidas sobre a forma exemplar de como terá conduzido os trabalhos na anterior Assembleia Municipal, mas que, no entanto, iria abster-se pelo facto de não ter feito parte das anteriores assembleias municipais a que o Prof. António Borges presidiu. O Senhor João Raposo também informou não conhecer o trabalho do homenageado por Alter do Chão, pelo que iria abster-se. O Senhor José Augusto Oliveira mencionou existirem membros do Partido Social Democrata que também não haviam integrado as anteriores assembleias municipais, e que, no entanto, isso não seria razão para se absterem. Disse também que numa altura tão carente de valores seria da mais elementar justiça reconhecer o seu valor, e que esta proposta não fora elaborada com o objectivo de homenagear o seu carisma político, mas a sua pessoa. O Senhor Romão Trindade afirmou ter convivido com o Prof. António Borges, mas salientou que nesta altura, falar de grandes economistas é falacioso, pois foram os grandes economistas que conduziram o País ao estado em que se encontra actualmente. O Senhor José Augusto Oliveira referiu não se poder imputar essa problemática ao

professor. O Senhor Luís Cary perguntou como se operacionalizaria a abstenção. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que para tal se deveria votar em branco. Após a votação, por escrutínio secreto, foi a presente proposta **aprovada com nove votos a favor, um voto contra e oito votos em branco.**-----

===O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão propôs que se aprovasse um voto de pesar relativo ao falecimento do Sr. Joaquim Presumido, antigo funcionário e reconhecido equitador da Coudelaria de Alter. Após a votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.**-----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à disposição dos senhores membros da Assembleia Municipal o expediente para esta sessão.-----

===O Senhor António Pista lembrou que na acta da primeira secção ordinária da Assembleia Municipal menciona-se que seria implantada na zona industrial uma empresa que iria criar até doze postos de trabalho e, perante este facto, questiona sobre o que aconteceu à empresa, qual era e o que falhou. A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria referiu que possivelmente a razão seria a crise que se vive. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal afim de que respondesse, ao que este informou que responderia a todas as questões no ponto da ordem do dia respeitante às suas informações. O Senhor Romão Trindade mencionou uma carta, remetida à Assembleia Municipal pelos Senhores Professores Francisco Corado Alves e Paula Alexandra Amaral, onde apresentam os motivos que os levaram a pedir demissão dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da CAP (Comissão Administrativa Provisória) do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alter do Chão. Referiu considerar esta situação muito grave, que ficou de facto espantado com o que leu, e que, perante esta situação, não sabe o que pensar, pois são apresentados dados e factos com nomes, que certamente conduziriam a processos disciplinares. A Senhora Ana Sofia Caldeira disse que as razões apresentadas não a espantam, pois sempre se apontou o dedo à EPDRAC (Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão). Mais referiu que nem tudo está bem na Escola EB 2,3/Sec. Padre José Agostinho Rodrigues e que existem factos que o comprovam. O Senhor António Pista solicitou informação sobre quando se realizará uma reunião com a escola. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se realizará um Conselho Municipal de Educação alargado no início do próximo ano. O Senhor José António Ferreira mencionou que possivelmente não será com uma reunião assim que se conseguirá chegar a alguma conclusão e que é necessário acabar-se de vez com esta situação.-----

**PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Actividade do Município, bem como da situação Financeira do mesmo**

===O Senhor Presidente da Câmara aproveitou a oportunidade para desejar um feliz natal a todos os presentes e respectivas famílias, assim como um bom ano novo, e, apresentou as suas informações acerca da Actividade do Município, assim como da sua situação financeira.-----

===Respondendo a questões anteriormente colocadas, o Senhor Presidente da Câmara explicou não se recordar exactamente qual a empresa que mencionou, mas que, possivelmente, seria uma empresa para fabricar carvão vegetal, mas como será bem sabido de todos, as condições actuais da economia não são as mais favoráveis e provavelmente o empresário aguarda apoios por parte do QREN. Informou que existe uma nova empresa corticeira que se pretende instalar e também está em fase de estudo uma média superfície comercial. Quanto à educação, informou que, na semana anterior, esteve na Câmara Municipal o novo órgão de gestão nomeado pelo Director Regional da Educação do Alentejo, e que a Câmara Municipal se tem esforçado para que impere o bom senso e a comunidade escolar não seja prejudicada com questões de ordem pessoal. Na sua perspectiva, tem de se dar tempo ao novo órgão para trabalhar com tranquilidade. Também os informou acerca da realização de um Conselho Municipal de Educação alargado no início do ano. Em relação à Fundação Alter Real informou já ter participado em algumas sessões do conselho de administração e que, tem verificado a existência de vontade para superar as dificuldades que são muitas. Mais disse que irá realizar-se, nos primeiros quinze dias de Janeiro, uma reunião com o Senhor Ministro da Agricultura com o objectivo de ser aprovado o plano de reestruturação da FAR . O Senhor António Pista, acerca da actividade municipal, afirmou que o documento data de 9 de Dezembro, mas que as actividades nele mencionadas terminam no dia 22 de Outubro, pelo que questiona se é prática corrente fazê-lo. O Senhor Presidente da Câmara explicou que é prática de contabilidade e que, no próximo documento, serão retomadas as actividades a partir de 22 de Outubro. O Senhor António Pista, quanto à situação financeira, refere que na discriminação da despesa, as acções de silvicultura preventiva passam de 8.361,00p para 55.820,85p, ou seja, um acréscimo de 47.459, 85p em três meses, no festival internacional de balões a despesa foi de 15.125,00p, a aquisição de material informático em 1 de Setembro era de 19.781,02p e em Dezembro passou para 41.639,55p, ou seja, um acréscimo de 21.858,53p e ainda questionou sobre o que foi feito na ampliação da escola a que respeitam 54.232,20p. O Senhor Romão Trindade solicitou informação sobre o resultado da reunião com a AdNA (Águas do Norte Alentejano). O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se já tinha sido enviado o relatório da inspecção ordinária realizada à Câmara Municipal. Acerca das questões levantadas, o Senhor Presidente da Câmara mencionou que, acerca das acções de silvicultura, a despesa refere-se à candidatura da equipa de sapadores florestais e que veio permitir a aquisição de viatura e

equipamento, quanto à aquisição de material informático, estão a renovar-se os computadores de vários serviços, quanto à despesa na ampliação da escola é referente à aquisição de uma sala para o ensino pré-primário. Informou ainda que, quanto à AdNA, não se estava a proceder ao pagamento até que se normalizassem as facturas, pois teriam de ser retiradas das mesmas, as referentes às ETARs de Chança, e Alter do Chão, no período em que estiveram em obras já que estava facturado um serviço que não tinha sido feito. Mais informou que a ETAR de Cunheira fora assaltada, tendo sido furtados os fios de cobre do PT, e que, portanto, não será possível de momento pô-la a funcionar. Quanto à questão acerca da inspecção ordinária promovida pelo IGAL, disse ainda não ter tido qualquer feedback sobre a mesma e que, assim que possuir o relatório, dele dará conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal nos termos legalmente previstos.-----

**PONTO DOIS: Apreciação e Deliberação de Proposta sobre a Contracção de Despesa em mais de um ano económico ó òRecuperação do Antigo Pavilhão dos Bombeirosø**

=== Relativamente ao assunto em apreço, foi presente uma proposta, com a seguinte redacção: òConsiderando que: são aplicáveis às empreitadas de obras públicas, com as necessárias adaptações, em tudo o que não contrarie o regime do respectivo contrato administrativo, diversas disposições do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, onde se incluem os artigos 21.º e 22.º; Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, é necessária autorização do órgão deliberativo, conforme dispõe o n.º 6 da disposição legal acima referenciada, para a realização de despesas que dêem origem a encargo orçamental em mais de um ano económico, quando excedam þ99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contracção; Na empreitada de ðRecuperação do Antigo Pavilhão dos Bombeirosø prevê-se uma despesa de þ470.806,85 já com IVA incluído, para o ano económico de 2011; Nestes termos proponho ao Executivo Municipal que, após apreciação desta proposta e caso concorde com o teor da mesma, a submeta à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de autorização de contracção de despesa em mais de um ano económico, conforme determina a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, assim como o seu n.º 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, no uso da competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.ö-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, semelhante a outras proposta de igual natureza já presentes à Assembleia Municipal, esta situação decorre da lei e é necessária para que todo o processo possa ser presente ao Tribunal de Contas.-----

Após a votação, foi a presente proposta, **aprovada por unanimidade.**-----

**PONTO TRÊS: Apreciação e Deliberação de Proposta sobre a Contracção de Despesa em mais de um ano económico - ãExecução da Instalação do Centro de Convívio de Sedaø**

=== Relativamente ao assunto em apreço, foi presente a proposta com a seguinte redacção: ãConsiderando que: são aplicáveis às empreitadas de obras públicas, com as necessárias adaptações, em tudo o que não contrarie o regime do respectivo contrato administrativo, diversas disposições do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, onde se incluem os artigos 21.º e 22.º; Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, é necessária autorização do órgão deliberativo, conforme dispõe o n.º 6 da disposição legal acima referenciada, para a realização de despesas que dêem origem a encargo orçamental em mais de um ano económico, quando excedam þ99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contracção; Na empreitada de -Execução da Instalação do Centro de Convívio de Sedaø prevê-se uma despesa de þ148.485,44 já com IVA incluído, para o ano económico de 2011; Nestes termos proponho ao Executivo Municipal que, após apreciação desta proposta e caso concorde com o teor da mesma, a submeta à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de autorização de contracção de despesa em mais de um ano económico, conforme determina a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, assim como o seu n.º 6 do, Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, no uso da competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.õ-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou tratar-se de uma obra para a execução da empreitada mencionada na presente proposta e que à semelhança da anterior, decorre de uma obrigatoriedade legal.-----  
Após a votação, foi a presente proposta, **aprovada por unanimidade**.-----

**PONTO QUATRO: Apreciação e Deliberação das GOPs e Orçamento para 2011**

=== Relativamente ao assunto em apreço, foi presente uma proposta com a seguinte redacção: ã A fim de dar cumprimento à alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o novo Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias, elaborou a Câmara Municipal de Alter do Chão o presente conjunto de Opções do Plano para o quadriénio de 2011-2014 e proposta de Orçamento para 2011, que submete à Digníssima Assembleia Municipal, a fim de a mesma exercer a competência que lhe é conferida na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da já referida legislação. Os documentos previsionais aqui apresentados, foram elaborados segundo as regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro ó o diploma que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais POCAL (com as

alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril) que consiste na criação de condições para a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, constituindo um instrumento fundamental de apoio à gestão das Autarquias Locais. Assim, proponho ao Órgão Executivo que, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeta à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais ó Grandes Opções do Plano e proposta de Orçamento para 2011 ó nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º do diploma já mencionado.ö-----

Para clarificação de eventuais questões relativas à presente proposta, foi feita, pela Senhora Chefe da Divisão de Finanças e Património, Dra. Carla Ventura, uma apresentação das GOPø e Orçamento para 2011, onde se prevê um valor de 13.722.020,00 de euros ao nível da receita e igual valor ao nível da despesa. Esteve também presente o Senhor Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º João Paulo Milheiro, a fim de esclarecer dúvidas que pudessem surgir. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que, quanto ao PDM (Plano Director Municipal) surgiu a necessidade de se realizar um estudo de impacto ambiental. O Senhor Eng.º João Paulo Milheiro esclareceu que surgiu muita legislação que atrasou todo o processo de revisão. Referiu ainda que se tornou necessário fazer um mapa de ruído, esperar pela aprovação do PROTA (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo), assim como alterações legislativas relacionadas com o uso dos solos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou que, na elaboração das GOPø, foi levada em conta a execução do QREN e que algumas candidaturas estão, finalmente, em fase de aprovação. Mais informou que se realizaram muitos ajustes na elaboração das GOPø e Orçamento, uma vez que o Município teve uma redução de cerca de 500,000.00p nos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Mais disse que, por tudo isso, houve necessidade de reduzir alguns custos e, para isso, elaborou-se um plano para redução da despesa, que foi aprovado em reunião do executivo municipal e do qual se deu conhecimento aos membros da Assembleia Municipal. O Senhor António Pista disse não entender o lamento/critica em relação ao limite do endividamento fixado pelo Governo, e que concorda plenamente com a fixação de um limite ao endividamento líquido do município em 1.4Mp, o que obriga a uma gestão mais rigorosa e equilibrada dos destinos do município. Aproveitou ainda a oportunidade para saudar o aumento do valor mensal da comparticipação no âmbito do cartão do idoso, aumento de 33% em relação ao passado, e que, com toda a certeza, ajudará os utentes do cartão, pelo que saúda as boas decisões. Mais apresentou as seguintes questões: Que utilização é dada ao refeitório do Pólo da Universidade de Évora actualmente e qual o projecto para o futuro refeitório?; Qual vai ser a função da Estação de Transferência de Resíduos -Eco Centrosø na zona industrial? Vai funcionar em que termos? Imóvel? Número de pessoas? Quais os moldes da parceria com a Valnor?; Em relação ao projecto da Casa

Mortuária junto à Igreja Matriz, esse projecto vai ser ou não efectuado? E vão ser construídos quer a Casa Mortuária, quer os Sanitários Públicos? Ou apenas um ou outro, e quais os factores de decisão? O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que gostaria de terminar o próximo ano sem a necessidade de contrair qualquer empréstimo. Informou que conta com uma -almofadaø de cerca de 100.000,00€ nas despesas com vencimentos do pessoal que não contrata para o seu gabinete, mas que a situação que se vive é uma penalização para quem no passado soube poupar, e que o próprio Secretário de Estado da Administração Local elogiou a boa gerência da Câmara Municipal. Respondendo às questões colocadas, informou que o refeitório do Pólo da Universidade de Évora, de momento, é utilizado por trabalhadores da Câmara Municipal, assim como por alunos da Universidade de Évora. Quanto ao ecocentro servirá para depósito de monos e resíduos sólidos urbanos, e a execução da obra será da responsabilidade da Valnor. A obra relativa à Casa Mortuária já poderia estar feita, contudo existe atraso devido aos pareceres do IGESPAR. O Senhor Eng.º João Paulo Milheiro prestou mais alguns esclarecimentos acerca desta matéria. O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Casa Mortuária é necessária, até porque não existe local para depósito de cadáveres quando alguém falece acidentalmente. O Senhor António Pista colocou mais as seguintes questões: Quanto à requalificação da envolvente à Ponte de Vila Formosa, que projecto está a decorrer, está a cargo de quem e quais os objectivos?; Considerou-se também a necessidade de algum equipamento para o Jardim do Álamo, qual e com que objectivo? Aproveitou ainda para relembrar que requereu os relatórios de aprovação das candidaturas apresentadas, e que ainda não lhe tinham sido enviadas as respectivas decisões. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que considera como aprovadas as obras cujos contratos foram celebrados, e não antes disso. A Dra. Carla Ventura explicou que os valores apenas aparecem no respectivo contrato e não na decisão. O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quanto ao projecto de Vila Formosa, no qual se irá localizar o Eco-Museu, está a ser efectuado o estudo prévio e que o mesmo será apresentado quando se considerar oportuno. Mais informou que só depois se desencadeará o processo de posse dos terrenos. O Senhor António Pista colocou ainda as seguintes questões: Que Fundo de Apoio às PMEø é este? Qual o valor do fundo? Quais os moldes de financiamento, e qual o histórico de beneficiários até ao momento? -Torna-se necessário consolidar a instalação do sistema de vigilância do jardim do Palácio do Álamoø o que já foi instalado? Quanto já foi gasto e o que está previsto gastar? O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o apoio às PMEø está integrado no programa FAME, tem um fundo do Município de 500,000 €, e foram aprovados dois projectos. O Senhor António Pista questionou sobre a reserva de verbas para fazer face a estudos e projectos do QREN, pois eram equipas internas da Câmara Municipal que iriam realizar os mesmos. Perguntou também sobre quem, até ao momento, executou os estudos e projectos no âmbito do QREN. Relativamente ao objectivo de se adaptar a Escola de Alter Pedroso a funções de restauração, perguntou: Que projecto/objectivo é este? Em que moldes



está pensado e fará ele concorrência ao sector privado? O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou tratar-se de um edifício que, actualmente, está sem aproveitamento. É uma estrutura que para ser concessionada e se constituir como factor de desenvolvimento para Alter Pedroso, só se tornará viável quando for reestruturada. O Senhor António Pista questionou acerca da situação do site da Câmara Municipal e também se o wireless se confinará apenas ao jardim do Largo 12 Melhores de Alter e ao Largo Dr. Barreto Caldeira, ou se será estendido a mais zonas. Aproveitou também para requerer uma análise comparativa em relação a 2010, nomeadamente do que estava inicialmente previsto e do que foi realizado, identificando desvios e motivos para tal, o que não será difícil com as ferramentas informáticas actuais ao dispor da Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o problema com o site da Câmara Municipal tem sido difícil de resolver uma vez que está dependente do Portalegre Distrito Digital, mas que está empenhado em dotar a Câmara Municipal de um novo site brevemente, no âmbito do projecto de modernização administrativa, com interligação de todos os serviços da Câmara Municipal para disponibilização a todos os utilizadores. Quanto ao wireless, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que existe em toda a zona do Castelo e no jardim Os Doze Melhores de Alter. No caso das freguesias, terão de ser as próprias Juntas de Freguesia a decidir sobre esse assunto. O Senhor Romão Trindade mencionou a página 23 do documento, onde mostra que se tornou necessário fazer obras de remodelação do sistema de águas. Perguntou ainda se não é da Valnor a responsabilidade pela questão dos resíduos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a AdNA (Águas do Norte Alentejano) só vende as águas em alta e que o tratamento das águas residuais também é sua responsabilidade. O Senhor Romão Trindade perguntou também pela situação da barragem do Zambujo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que está a ser feito um projecto de recuperação da barragem. Os técnicos da Câmara Municipal estão a fazer o levantamento e enquadramento topográfico que será entregue para validação à equipa projectista. Mais lançou o repto de se agendar uma visita à barragem que muitos não conhecem, estando o caminho já arranjado para o efeito, e que já se tem acesso até ao chafariz. Informou ainda que pensa organizar uma prova de canoagem para divulgação das potencialidades turísticas e desportivas da barragem. O Senhor Romão Trindade questionou ainda acerca da situação de licenciamento da ETAR. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que essa questão é da competência da AdNA. O Senhor António Pista apresentou a declaração de voto que em seguida, na íntegra se transcreve: «O Grupo Parlamentar do Partido Socialista abstém-se pois não há uma ideia mobilizadora para o concelho, falta claramente uma aposta mais vincada na dinamização de iniciativas e projectos de empreendedorismo presentes nas GOPs. A Câmara Municipal de Alter do Chão continua sem ter um rumo definido, sem objectivos bem delineados e atingíveis! Não há qualquer estratégia diferenciadora positiva para o concelho, com uma aposta clara nas mais-valias do concelho! O turismo é sem dúvida o futuro do concelho! Não é

difícil olhar para os bons exemplos do nosso país se não conseguirmos ser inovadores então que se retirem ideias de outros exemplos basta olhar para os jornais e verificar as actividades dos outros concelhos e verificar que, invariavelmente, o nome de Alter do Chão não consta da actualidade nacional pelas razões que merecia. O Senhor António Pista referiu o Município de Óbidos como um exemplo a seguir, pela sua aposta bem sucedida na área do turismo. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão afirmou que Óbidos não poderia nunca ser comparado com Alter do Chão, mais que não fosse pela sua localização e boas acessibilidades. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal elogiou o documento apresentado, assim como os funcionários da autarquia pelo trabalho apresentado, e referiu que este será sem dúvida o orçamento possível. A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria também disse ser este um orçamento bem fundamentado e que as observações feitas se mostram desadequadas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal deixou o desafio para que se compare o IMI de Alter do Chão com o IMI de Óbidos, salientando que não se pode comparar o que não é comparável.-----

Após a votação, foram as **GOPEs e Orçamento para o ano de 2011 aprovados por maioria, com as abstenções dos senhores António Pista, Vitorino Carvalho, Maria Manuela Calado, Jorge Copeto, José António Ferreira, Romão Trindade, Luís Cary, João Raposo e Ana Azinheira.**-----

#### **PONTO CINCO: Apreciação e Deliberação do Mapa de Pessoal para 2011**

===Relativamente ao assunto em apreço, foi presente uma proposta com a seguinte redacção: òConsiderando que: Nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo que no caso dos municípios esta competência cabe à Assembleia Municipal; O n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, refere, claramente, que os serviços planeiam, aquando da preparação da proposta de orçamento, as actividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, as eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respectivo mapa de pessoal; Estas alterações ao mapa de pessoal têm sempre por horizonte as atribuições dos municípios tal como estas se encontram legalmente previstas, assim, e no cumprimento deste dispositivo legal, serão aditados no mapa de pessoal os seguintes postos de trabalho que irão ser ocupados através da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dado que se prendem com actividades de natureza permanente e que se passam a discriminar:-----

1. Um lugar de técnico superior (História, Ramo Património Cultural) - Divisão Sócio-Cultural, Educação e Desporto;-----

2. Três lugares de técnico superior (Animação Sócio-Cultural) ó Divisão Sócio-Cultural, Educação e Desporto;-----
3. Três lugares de assistente operacional (escolaridade obrigatória) ó Divisão de Obras e Serviços Urbanos. No âmbito desta alteração foram igualmente extintos os postos de trabalho que abaixo se discriminam:-----
  1. Um lugar de engenheiro técnico (Recursos Naturais e Ambiente) ó Divisão de Obras e Serviços Urbanos;-----
  2. Um lugar de engenheiro técnico (Engenharia Civil) ó Divisão de Obras e Serviços Urbanos;-----
  3. Um lugar de assistente técnico (Técnico de Construção Civil) ó Divisão de Obras e Serviços Urbanos;---
  4. Um lugar de assistente técnico (Animação Sócio-Cultural) ó Divisão Sócio-Cultural, Educação e Desporto;-----
  5. Dois lugares de assistente técnico (Animadores de Informática) ó Divisão Sócio-Cultural, Educação e Desporto;-----
  6. Quatro lugares de assistente operacional ó Divisão de Obras e Serviços Urbanos.-----

No ano de 2010 o mapa de pessoal tinha um total de 183 postos de trabalho entre os ocupados e vagos e o mapa de pessoal para 2011 terá um total de 173 postos de trabalho entre ocupados e vagos. Nestes termos proponho ao Executivo Municipal que, após apreciação da presente proposta, e caso mereça deliberação favorável, delibere remeter a mesma, assim como o mapa de pessoal que se lhe encontra anexo, juntamente com os documentos previsionais, à Assembleia Municipal para que este órgão, no uso da competência prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, assim como nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, delibere, após apreciação destes documentos, aprovar o Mapa de Pessoal para 2011.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre o novo mapa de pessoal. Referiu achar importante criar uma almofada financeira para qualquer possível necessidade, designadamente, para com os mais necessitados. Explicou ter dotado o seu gabinete de apoio na totalidade, não tendo em consideração que as pessoas que o constituem serem trabalhadores da autarquia. Mostrou que com este mapa de pessoal houve redução da despesa e que finalmente terminou com a precariedade de 23 postos de trabalho que se encontravam com contratos a termo certo. Mais disse que, finalmente, o gabinete técnico da autarquia está dotado de pessoal técnico em condições suficientes. O Senhor Luís Cary afirmou existir um aumento do número de trabalhadores. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o novo mapa de pessoal conta com menos dez postos de trabalho. O Senhor Romão Trindade mostrou dúvidas em relação ao mapa de pessoal. Referiu que as Câmaras Municipais subdividem-se em unidades orgânicas e subunidades, aparecem as unidades orgânicas flexíveis e também os sectores. Mais referiu que existe uma proporção de cerca de 23 pessoas para 9 técnicos superiores, o que lhe causa estranheza, pois evidência mais

chefias do que subordinados, e finalmente aparecem os professores do ensino básico e o fiscal municipal. Aproveitou para perguntar o porquê de a Divisão Cultural possuir tantas pessoas. O Senhor José António Ferreira disse haver um saldo positivo no número de postos de trabalho, mas que o mapa lhe causou muitas dúvidas, visto não conseguir entender quem depende de quem. Mencionou que na divisão sócio-cultural deverá ter ocorrido uma troca de nomes, e isso é possível de verificar, pois no sector da acção educativa deveria estar um técnico superior e não um professor do ensino básico, e que no sector de desporto aparece um técnico superior onde, por este ponto de vista, deveria aparecer um professor de educação física, pelo que a nomenclatura está incorrecta. Referiu também que não se justifica a aquisição de mais um técnico superior de história nem de mais três animadores sócio-culturais, para uma autarquia com a nossa dimensão. Mais mencionou que o sector municipal de protecção civil não tem nenhuma menção ao Comandante Operacional Municipal, e que o gabinete técnico florestal deveria estar ali encaixado. Disse ainda que não encontrou o Comandante Operacional Municipal em nenhum lugar deste mapa de pessoal. Esteve presente o Senhor Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Rui DøOliveira a fim de prestar alguns esclarecimentos. O Dr. Rui DøOliveira explicou que foi uma opção na elaboração do mapa de pessoal mostrar o lugar específico do funcionário, o seu lugar de origem, mas com a indicação de que se encontra a executar funções em comissão de serviço noutra local. Informou ainda que os professores têm carreira especial e sendo aqueles trabalhadores afectos às AEC (s) aparecem no mapa como professores e não como técnicos superiores. O Senhor José António Ferreira disse que então não se estaria a fazer a mesma leitura em todo o mapa. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal mencionou que em termos de despesa, parece que se tirará benefício deste mapa de pessoal. O Senhor José António Ferreira afirmou que quem contrata professores é o Ministério da Educação e não a Câmara Municipal e é por isso que a classificação se encontra incorrecta. Referiu ainda que considera excessivos três animadores sócio-culturais. O Senhor José Augusto Oliveira mencionou ser competência dos membros da Assembleia Municipal a crítica e fiscalização das actividades da Câmara Municipal, e o facto é que os animadores sócio-culturais têm feito um extraordinário trabalho nas IPSSø do concelho, pelo que não acha a crítica do Senhor José António Ferreira, ao provimento de mais três animadores sócio-culturais, bem fundamentada. O Senhor Luís Cary disse que o índice de trabalhadores municipais por habitante é de 44 por mil, quando a média nacional é de apenas 13por mil, pelo que considera excessivo o número de lugares do mapa de pessoal. O Senhor Presidente da Câmara referiu que tendo em atenção o importante património que urge ser potenciado por pessoas qualificadas, e é essa a aposta da Câmara Municipal. Importa também apoiar as IPSSø em tudo o que for possível, e por isso a necessidade de criar mais três lugares para animadores sócio-culturais. Mais mencionou que com a Estação Arqueológica, Castelo, Palácio do Álamo e todo o património de Alter do Chão, existe a necessidade de trabalhadores qualificados para desenvolver as actividades, e que, nesta área, a Câmara Municipal tem estado bastante

desprotegida, já que ao longo dos tempos tem utilizado pessoal desempregado e sem qualquer qualificação. Está convicto que a actividade turística e de animação social requer pessoal com qualificação e formação adequadas para fazer face a uma prestação de serviços que se quer qualificada. Informou também que existe a necessidade de técnicos no serviço de obras e que, com estes recursos, efectivamente e a longo prazo, se verificará uma redução na despesa pelo trabalho que poderão desenvolver.-----

===Após a votação, foi a presente proposta **aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores Luís Cary, João Raposo, Ana Azinheira, José António Ferreira, Romão Trindade, António Pista, Maria Manuela Calado e Jorge Copeto.**-----

===E não havendo mais nada a tratar, após a Assembleia ter aprovado, por unanimidade, a Acta da presente Sessão em Minuta, foram encerrados os trabalhos, da qual, para constar, se passa a presente Acta, que depois de aprovada vai ser assinada pela Mesa. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_